

Educación rural em países da América Latina em contraste com a educação do campo no Brasil

Maria Antônia de Souza

Universidade Tuiuti do Paraná; Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná/Brasil

Fabiola Soares Arcega

Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá/Paraná/Brasil

Samira Kauchakje

Universidade do Estado de Santa Catarina/Brasil

Resumo

Este trabalho problematiza a Educação Rural em países da América Latina e aponta aproximação com a Educação do Campo no Brasil. Ele é fruto de pesquisa de natureza documental e bibliográfica realizada em 6 países de maior extensão territorial na América Latina e no Brasil. O objetivo geral é compreender as aproximações entre a Educação Rural em países da América Latina e a Educação do Campo reivindicada pelos movimentos sociais no Brasil. Os principais documentos analisados são programas governamentais disponibilizados nos sítios virtuais dos ministérios da educação de cada país. A produção bibliográfica escolhida para análise data do período de 2010 a 2023, está disponível em sítios do SciELO.Org e em bibliotecas digitais de teses e dissertações. As principais conclusões são: há uma concepção crítica de Educação Rural na América Latina que tem traços comuns com a Educação do Campo do Brasil; demandas comuns entre os países sobre formação continuada de professores, escolas multisseriadas, políticas educacionais e problemas de infraestrutura e fechamento de escolas no campo

Palavras chave: Educação Rural; educação do campo; políticas educacionais; práticas pedagógicas.

1. Introdução

Este trabalho problematiza a concepção de Educação Rural em países da América Latina e estabelece relação com a concepção de Educação do Campo desenvolvida no Brasil desde 1998. Traz resultados de estudo bibliográfico e documental, incluindo sínteses de eventos internacionais, em específico o *Encontro Internacional de Educação em Territórios Rurais na Ibero-América*, realizado em outubro de 2022, em Barcelona/Espanha, e o IV Seminário Internacional e VI Seminário Nacional *Movimentos Sociais e Educação*, realizado em Amargosa/Bahia, em novembro de 2023. No âmbito documental, foram consultados trabalhos e informes publicados em Ministérios da Educação dos países investigados.

A pesquisa englobou 6 países, além do Brasil, cujas características demográficas são expostas no Quadro 1. Os critérios para a seleção dos países foram: 1) maior extensão territorial; 2) países com baixa densidade demográfica; 3) Países com experiências educacionais com organização em

multissérie (multigrado), com projetos de formação continuada para docentes das escolas rurais ou com programas específicos de Educação Rural.

Quadro 1. Territórios da Pesquisa

PAÍSES	Extensão territorial	População aproximada (habitantes)	População Rural aproximada	Densidade Demográfica
Brasil	8.510.000 km ²	203 milhões	30 milhões	23,86 hab./km ²
Argentina	2.766.889 km ²	45 milhões	8% rural	16 hab./km ²
México	1.958.201 km ²	132 milhões	20% rural	67 hab./km ²
Peru	1.285.215 km ²	32 milhões	21% rural	22,5 hab./km ²
Colômbia	1.142.748 km ²	51 milhões	20% rural	40,6 hab./km ²
Bolívia	1.098.581 km ²	12 milhões	30% rural	9 hab. /km ²
Venezuela	916.445 km ²	29 milhões	12% rural	31 hab. /km ²

Fonte: CEPAL, Recuperado de <https://www.cepal.org/es>.

No Brasil, o debate sobre outro projeto de campo e de valorização do trabalho com a terra, com as águas e florestas, tem se centrado nos movimentos sociais do campo. É nesse contexto de luta por um projeto de campo sustentável e de possibilidades para a continuidade da existência de povos que trabalham na terra, nas águas e nas florestas que emerge o fenômeno da Educação do Campo no Brasil. Como concepção ampla de educação e fundamentada nas pedagogias socialista, oprimido e do movimento, ela demanda políticas públicas construídas com os movimentos sociais nas áreas de alfabetização, escolarização, formação inicial e continuada de professores, formação técnica, valorização da agroecologia como matriz formativa, financiamento da educação, produção de materiais didático-pedagógicos entre outros.

A produção do conhecimento sobre a Educação do Campo no Brasil vem crescendo, conforme Souza (2016, 2020). Pesquisadores como Werle (2007), Werle, López e Triana (2018) e Bezerra Neto e Santos Neto (2019) organizaram coletâneas com resultados de investigações sobre a história da Educação Rural na América Latina, bem como experiências pedagógicas nas escolas e políticas educacionais. Há dossiês organizados pelo periódico Educação em Revista da Universidade Federal de Minas Gerais¹ e pela Revista Ibero Americana de Educación/Educación².

O *III Seminário Internacional de Educación Rural*³ realizado no México, em outubro de 2021, registrou uma diversidade de trabalhos sobre a história da Educação Rural, políticas educacionais, projetos escolares, práticas escolares e diversidade, múltiplos contextos rurais, relação entre educação e saúde, Educação Rural e constituição de redes entre outros.

Na Argentina, é possível dizer que a preocupação em diferenciar Educação Rural da educação urbana é tímida. Lionetti (2018) destaca a heterogeneidade espacial que permite pensar a ruralidade como territorialidade e afirma haver ruralidades que se diferenciam em função da

¹DOSSIÊ- Educação rural em perspectiva comparada: políticas de escolarização, experiências formativas e trabalho docente (Brasil e México, século XX) (2022). *Educ. rev.* 38 . <https://doi.org/10.1590/1984-0411.84260>.

² Em particular, o volume 91 Núm. 1 (2023): La educación en contextos rurales en Iberoamérica: caminos, perspectivas y desafíos. Recuperado de <https://rieoei.org/RIE/article/view/5726/4629>.

³https://static1.squarespace.com/static/6099240bad6d965251432904/t/6177793d52d15354d9028326/1635219774001/3erSeminario-eRural_PROGRAMA_3.pdf.

propriedade da terra e das formas de produção. Afirma que é comum que as crianças ingressem tardiamente nas escolas, devido a escassa oferta de escolas e as condições particulares de vida, bem como pelas distâncias a percorrer; ao longo do ano, muitas crianças desistem da escola ou se ausentam por longos períodos, seja por razões climáticas ou por questões do trabalho dos familiares.

A obra de Ascolani (2007) demonstra que na Argentina não houve uma política efetiva de articulação entre formação do magistério com as necessidades econômicas agrárias e que as escolas normais rurais funcionaram em constante instabilidade institucional, variabilidade curricular e falta de recursos materiais.

Para Rocha (2016, p. 9), “a Educação Rural ainda é um problema, especialmente nas províncias mais pobres do país”, o que vai ao encontro dos estudos de Ascolani e Lionetti, que destacam as disparidades regionais rurais na Argentina. De acordo com o Ministério de Educação da Argentina, há em torno de 3.500 escolas rurais no país. São considerados rurais os territórios com menos de 2.000 habitantes.

Estudo de Gregorio e Bianconi (2023, p. 9) sobre a Educação Rural na Argentina conclui que “ainda que a Argentina tenha se empenhado em atender as necessidades das populações rurais, todos os projetos prestigiaram as relações educação-trabalho na perspectiva de uma orientação profissional, que pode ser atribuída ao projeto de escola dualista”.

Na Bolívia, de acordo com o Ministério de Educação da Bolívia⁴, das 17.212 unidades educativas do país, 72% são rurais. O sistema educativo é composto por instituições públicas que são as fiscais, instituições privadas e conveniadas religiosas, além de quatro tipos de universidades, a saber: Indígena, Pública Autônoma, Privada e Militar. Estudo de Mangin e Guixeras (2021) registra que falta apoio à educação nas comunidades indígenas, embora elas tenham sido beneficiadas pelas estratégias interculturais de aprendizagem.

A Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI) tem realizado projetos com escolas rurais em vários países da América Latina. Um de seus projetos na Bolívia chama-se *Rede de Escolas Rurais Luzes para Aprender*, que trabalha com escolas unidocentes e “multigrado”, em lugares de difícil acesso.

Simoni (2013, p. 195) analisa as reformas da educação pública boliviana no período de 1940 a 1964, indicando conflitos, contradições e afirmando que a educação pública é uma empresa na qual está presente a disputa política, dificultando os processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, os professores movimentam-se por meio dos sindicatos e organizações coletivas.

Na Colômbia, nasceu o Programa Escola Ativa (Escuela Nueva) tendo como um dos objetivos a melhoria das práticas pedagógicas em escolas multisseriadas. O desenvolvimento do Escuela Nueva foi determinado por entidades internacionais como UNESCO, BID e BM. (Villar, 2010). O Programa Escuela Nueva teve abrangência na região de cafeicultura, com atuação de professores das escolas rurais. O país conta com aproximadamente 35 mil escolas rurais e 18 mil urbanas. Na área rural predomina a oferta do ensino primário. Segundo notícia publicada em *El Tiempo* (2019)⁵, 47% das escolas oferecem ensino primário e 36% pré-escolar, 9% oferecem educação secundária e 5% ensino médio, sendo 3% que ofertam educação para adultos. Há destaque para o *Projeto de Educação Rural* (PER), formulado em 1999 pelo governo federal, transformado no

⁴Recuperado de http://seie.minedu.gob.bo/reportes/mapas_unidades_educativas/

⁵*El Tiempo*, 4 de junho de 2019. Recuperado de <https://www.eltiempo.com/vida/educacion/cifras-sobre-educacion-rural-en-colombia-370890>.

Plano Especial de Educação Rural (PEER), em 2018. O objetivo é amenizar os problemas que afetam a Educação Rural, com reorganização curricular, formação e acompanhamento de professores e suas práticas pedagógicas.

O México, com uma população de 132 milhões de habitantes, conta com 20% das pessoas habitando a área rural. Segundo dados do Instituto Nacional de Avaliação Educação, informe de 2019⁶, o país tem 26 milhões de crianças e adolescentes em idade escolar, sendo que em torno de 7 milhões encontram-se em 188.000 localidades rurais, que possuem menos de 100 habitantes. Evidencia-se a dispersão populacional pelo território, o que leva à constituição de escolas multigrado, conhecidas no Brasil como escolas multisseriadas. Nos anos de 2016 a 2017, conforme dados do Instituto, havia 33% de escolas multigrado. Há, no país, as Escuelas de Campo, analisadas por Ortiz Jiménez et al. (2016), proposição da FAO em 1991 para diversos países, com o objetivo de fortalecer a troca de conhecimentos entre os agricultores e agricultoras.

De Souza (2013, p. 74 citado por Gregorio & Bianconi, 2023, p. 13) destaca que as políticas educacionais foram orientadas por 4 linhas, no México, a saber: a) movimento de educação rural surge com feição autônoma mas busca integração com o sistema geral do país; b) intenção política de atendimento à população indígena, de caráter revolucionário, tendia a se transformar em ação técnica; c) concepção de que os problemas de cada povoação podiam ser tratados per si, sucedia a compreensão mais ampla de soluções regionais e, d) revisão da ideia de que crianças das povoações rurais deveriam ser preparadas para atividades rurais.

O Peru, com 32 milhões de habitantes, tem aproximadamente 21% da população vivendo nas áreas rurais. Segundo dados do Jornal El Comercio de 2 de dezembro de 2019⁷, o país possui 82.130 instituições educativas públicas, sendo 51.594 localizadas nas áreas rurais, com menos de 30% das matrículas nacionais. A baixa densidade demográfica e as distâncias entre comunidades e escolas são problemas enfrentados no país. Em 2019, segundo o referido periódico, a ministra da educação peruana afirmou que os melhores professores deveriam estar nas escolas rurais, bilingues ou unidocentes.

Anaya Figueroa et al. (2021) informam que há 6.682 comunidades campesinas no Peru, distribuídas em 23 regiões. A maior concentração da população campesina está em Cuzco e Ayacucho. No país, em torno de 95,2% das comunidades contam com instituição educativa. Em torno de 85,8% tem oferta de educação inicial e 91,3% têm oferta da educação primeira, sendo somente 40,6% oferta de educação secundária.

Na Venezuela, conforme escrevem Socorro et al. (2019, pp. 14-15), os primeiros programas de Educação Rural são de 1932, quando a população rural era de 67%. Em 2022, a população estimada na área rural é de 12%. E, de acordo com Nuñez (2011) há escolas rurais em todas as comunidades, sendo a instituição escolar com maior presença nacional. Há problemas com infraestrutura e com o desenho curricular, que merecem atenção.

De acordo com Fernández Solórzano e Illas Ramírez (2021, pp. 65-67), a Lei Orgânica da Educação promulgada em 2009 reconhece a concepção de Educação Rural com intercultural com interesse bilíngue, atribuindo-lhe um caráter estratégico para preservação da identidade cultural, participação e protagonismo popular, bem como preservação ambiental. Entretanto, resta operacionalizar o que está disposto na Lei. Os mesmos autores afirmam que apesar da Educação Rural estar superficialmente contemplada no Currículo Nacional Bolivariano, ele se rege pelo

⁶Recuperado de https://www.inee.edu.mx/medios/informe2019/stage_01/cap_0401.html.

⁷Recuperado de <https://elcomercio.pe/peru/en-el-peru-hay-mas-colegios-rurales-pero-adolescenc-de-servicios-basicos-infraestructura-y-docentes-noticia/?ref=ecr>.

princípio da unidade na diversidade, segundo a qual a construção curricular permite a contextualização regional e enfatiza o reconhecimento da diversidade de sujeitos e espaços culturais.

Para Hidalgo Valderrama (2019, pp. 349-350), é necessário que o docente rural planeje atividades em cada uma das quatro regiões rurais mais importantes do país (Andes, los Llanos, la Costa e Amazonia), abordando-as desde o calendário escolar e as potencialidades do entorno. Constatamos que nos países investigados, as lutas e resistências são marcadas pelo eixo da interculturalidade, em especial os trabalhos que tratam dos povos originários/índigenas, como são denominados pelos pesquisadores. Há muitas reivindicações para que as escolas tenham perspectiva intercultural.

Alguns conceitos que fundamentam análises na América Latina são: Processo de Colonização e interesses imperialistas; Estado: fruto de lutas internas (maioria das elites políticas constituía-se como representante de interesses econômicos subordinados ao capital internacional); Clientelismo, paternalismo e patrimonialismo (aspectos da formação da cultura política); Movimentos sociais diversos (índigenas, por reforma agrária, moradia, educação, saúde, trabalho, gênero, idosos, étnico-racial; lutas por democracia etc.); Mediação: Igreja e dos intelectuais; Cultura; Hegemonia; Ideologia e Diversidade e, Educação Popular e Educação Pública.

O que temos em comum? Processo histórico de colonização; Pressão externa: política e econômica; Projetos de campo em disputa; Baixa densidade demográfica no campo; Resistências; Universidades públicas como lugares de resistência e produção do conhecimento crítico que se soma a movimentos sociais (populares) diversos; Educação: disputas; Escolas rurais: Formação de professores; Currículo/territórios/diversidade; Organização pedagógica e materiais didáticos.

Concluimos que há lacunas na produção do conhecimento na Educação Rural, tais como Educação de Jovens e Adultos; Educação Infantil; Educação de pessoas com deficiência e a Educação Ambiental. É curioso que não há nenhum trabalho tratando de pessoas com deficiência nos 6 países investigados. No Brasil, os estudos nessa área e no contexto da Educação do Campo têm aumentado após 2015, haja vista que ainda são poucos os orientadores de pesquisas de pós-graduação que se interessam pelo tema, problema e contexto “campo”. Outra lacuna reside sobre a produção de materiais didáticos nos países latino-americanos.

Referências

- Anaya Figueroa, T., Montalvo Castro, J., Calderón, A. I. & Arispe Alburqueque, C. (2021). Escuelas rurales en el Perú: factores que acentúan las brechas digitales en tiempos de pandemia (COVID-19) y recomendaciones para reducirlas. *Educación*, 30(58), 11-33. <https://dx.doi.org/10.18800/educacion.202101.001>.
- Ascolani, A. (2007). Las escuelas normales rurales en Argentina, una transacción entre las aspiraciones de la cultura letrada y el imaginario de cambio socioeconómico agrario (1900 - 1946). In F.O.C. Werle (Org.). *Educación Rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor* (pp.373-424). Unijuí.
- Bezerra Neto, L., & Santos Neto, J. L. dos (Orgs.). (2019). *Políticas “públicas” e educação rural no contexto da América Latina*. Pedro & João Editores. <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-gepec/politicas-publicas-e-educacao-rural-no-contexto-da.pdf>.

- Fernandes Solórzano, A., & Illas Ramírez, W. (2021). Los desafíos de la pobreza para la Educación primaria em las zonas rurales de Venezuela. *Revista Científica Apuntes de Economía y Sociedad*, 2(2).
- Gregorio, P. de S. M., & Bianconi, G. V. (2023). A educação do campo na América Latina: um estudo histórico. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 8. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e14618>.
- Hidalgo Valderrama, J. R. (2019). La pertinência del ser campesino desde la Educación rural: un problema estructural del sistema educativo. *Revista ARJÉ*, 13(25).
- INEP. (s.d.). *Catálogo de escuelas*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/catalogo-de-escolas>.
- Lionetti, L. (2018). La "territorialidade" em la educación rural en Argentina. Miradas marco y aproximaciones micro. In F. O. C. Werle, O. López, & A.N. Triana (Orgs.), *Educação Rural na América Latina* (pp.135-156). Oikos.
- Mangin, Y. L., & Guixeras, V. M. (2021). El desarrollo de la Educación intercultural: una visión comparativa entre México Y Bolivia. *Revista Dilemas Contemporáneos: Educación, Política Y Valores*, Año VIII, Edición Especial, Artículo 11. <http://www.scielo.org.mx/pdf/dilemas/v8nspe4/2007-7890-dilemas-8-spe4-00011.pdf>.
- Núñez, J. (2011). La educación rural venezolana en los imaginários de los docentes. *Investigación y Postgrado*, 26(1), 91-128.
- Ortiz Jimenez, B., et al. (2016). Escuelas de campo en México: un análisis a partir de redes sociales. *Revista Mexicana Ciencia y Agricultura*, Texcoco, 7, 2899-2907.
- Rocha, F. C. da. (2016). História da construção da educação do campo na Argentina, Brasil e Paraguai e a escola do campo na Tríplice Fronteira. In *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. <https://sites.usp.br/prolam/ii-simposio-internacional-pensar-e-repensar-america-latina-anais/>.
- Simoni, L. T. (2013). Maestros urbanos y rurales en la expansión de la educación pública boliviana: 1940-1964. *Ciencia y Cultura*, 30, 175-197.
- Socorro, P. E. V., et. al. (2019). Políticas públicas educativas en el contexto de América Latina: una perspectiva de la educación rural/educación del campo em Venezuela Y Brasil. *Educação em Revista*, 35.
- Souza, M. A. de. (2020). Pesquisa educacional sobre MST e Educação do Campo no Brasil. *Educação em Revista*, 36.
- Souza, M. A. de. (2016). *Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2015*. Editora da UFPR.
- Villar, R. (2010). El programa Escuela nueva en Colombia. *Revista Educación y Pedagogía*, 14, 357-382.
- Werle, F. O.C., López, O., & Triana, A. N. (Orgs.). (2018). *Educação Rural na América Latina*. Oikos.
- Werle, F. O. C. (Org.). (2007). *Educação Rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Unijuí.